

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: VERA LUCIA NOGUEIRA

TÍTULO: ESPAÇO PÚBLICO E INSTRUÇÃO NO BRASIL IMPERIAL: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE HERCULANO FERREIRA PENNA (1811- 1867)

AUTORES: VERA LUCIA NOGUEIRA, VERA LÚCIA NOGUEIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): CNPq

PALAVRA CHAVE: INSTRUÇÃO PÚBLICA IMPERIAL; MINAS GERAIS, HERCULANO FERREIRA PENA; PRESIDÊNCIA D

RESUMO

Esta comunicação vincula-se ao projeto "O Império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da província (1834-1889)", que tem como tema as políticas para a instrução pública na província de Minas Gerais compreendidas a partir da relação estabelecida entre o governo provincial e a política do Governo imperial. Neste trabalho, apresento um estudo sobre o Executivo imperial, com foco na atuação do político de maior destaque na administração provincial: o professor de Primeiras Letras, Herculano Ferreira Penna (1811-1867). O estudo busca contribuir para o preenchimento das lacunas relativas às estratégias governamentais voltadas para a promoção da instrução pública primária na província de Minas Gerais, compreendida como parte integrante do processo de organização do próprio Estado Nacional, na qual repercutiam as consequências das vicissitudes dos interesses políticos e sociais das elites que estavam à frente da condução desse processo. As fontes principais são os ordenamentos jurídico normativos do Executivo e Legislativo, disponibilizados na Coleção Leis e Decretos Mineiros; os Anais da Assembleia Legislativa e do Senado Imperial e os principais jornais que circularam no país, à época. A abordagem teórica busca, nos referenciais da História Cultural e da História Política, fundamentar a análise dos dados obtidos a partir do método prosopográfico. A Prosopografia nos permite reconstruir os caminhos da ascensão social e política de letrados que, alinhados com o pensamento liberal do início do século XIX, e, sob os auspícios do Imperador, D. Pedro II, se notabilizaram à frente da administração provincial. O Presidente de província era de nomeação exclusiva do Imperador com a indicação do Conselho de Ministros, e de caráter amovível, ou seja, podia ser demitido a qualquer momento, conforme as necessidades e interesses do Estado. Ao longo de 55 anos (1834-1889), Minas foi administrada por 59 presidentes e teve, ainda, 63 vice-presidentes em exercício, com alguns se tornando efetivos, totalizando 117 presidências. Isso significa uma média de menos de seis meses de exercício para cada uma, evidenciando uma instabilidade do governo mineiro. Entre os presidentes encontra-se Herculano, cuja confiança do Imperador o colocou na administração de, nada menos que, oito províncias. Como membro do Partido Conservador, iniciou a carreira pública como professor e prosseguiu como deputado Provincial e Geral, presidente e Senador, o que evidencia o poder que exercia junto à Corte. Nascido em Diamantina, frequentou a imprensa periódica da época, como o jornal Sentinela da Monarquia, da Capital Ouro Preto, onde chegou "com uma mão atrás e outra adiante", conforme noticiado à época, em 1831. Tal descrição indicia que, mesmo que não fosse tão pobre assim, não era integrante da elite econômica de Minas Gerais. Ainda, segundo a imprensa, ali conseguiu uma escola de primeiras letras para lecionar e logo se dedicou ao trabalho jornalístico, redigindo jornais e panfletos para a elite política ouro-pretana. Durante a Sedição de Ouro Preto, em 1833, ficou ao lado dos liberais conservadores do então presidente Manuel Ignácio de Mello e Souza que acabou nomeando-o Secretário do Conselho Geral da Província. Iniciou aí, aos 22 anos de idade, a sua carreira política. Herculano era sempre maleável, agradando a todos e fazendo amigos, não se envolvendo com a política exaltada dos liberais mineiros nem se entregando de vez aos braços dos conservadores. Com 31 anos de idade foi presidente da província de Minas Gerais (1842), em seguida, do Espírito Santo (1845-1846), Pará (1846-1847 e 1847-1848), Pernambuco (1848), Maranhão (1849), Amazonas (1853-1855) de onde saiu Senador do Império, novamente Minas Gerais (1856-1857), Bahia (1859-1860) e Mato Grosso (1862-1863). No ano de 1852, o Imperador o nomeou Senador pela província do Amazonas. Já Conselheiro e Senador do Império tornou-se sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e membro da diretoria do Banco do Brasil. Recebeu comendas e ordens: foi fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e dignitário da Ordem da Rosa. Foi a síntese perfeita do Presidente de Província: o mais Luzia dos Saquaremas; o mais Saquarema dos Luzias. Morreu em 1867, no Rio de Janeiro. Na presidência das províncias sempre se preocupou com a Instrução Pública propondo regulamentos, reformas e sempre buscando nas Assembleias Legislativas Provinciais aumento de dotações para investir nas crianças pobres. No seu pensamento via a educação como o principal caminho para a civilização dos meninos, como forma de construir uma vida honesta, de subordinação ao trabalho e de preparação para o serviço público. Criticava as aulas ministradas na casa do professor, bem como as casas alugadas para tal fim, pois retiravam ganhos do professor que deveria pagar o aluguel das casas adaptadas e não preparadas para o ensino. Sua crítica era pertinente, pois vimos que sempre defendeu a instituição escolar em prédio próprio, sempre propondo às Assembleias a sua construção. Herculano foi o típico presidente de província que aprendeu a fazer política no Conselho Geral da Província de Minas Gerais e, mesmo não sendo parte da elite econômica, tornou-se figura importante no Partido Conservador levando o poder do partido às províncias mais distantes, agindo como um verdadeiro "delegado do Imperador".